

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA
EM SOCIOLOGIA A DISTÂNCIA

HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL

2º semestre



Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Ministro do Estado da Educação Fernando Haddad
Secretária da Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci
Secretário da Educação a Distância Carlos Eduardo Bielschowsky

Universidade Federal de Santa Maria

Reitor Felipe Martins Müller
Vice-Reitor Dalvan José Reinert
Chefe de Gabinete do Reitor Maria Alcione Munhoz
Pró-Reitor de Administração André Luis Kieling Ries
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis José Francisco Silva Dias
Pró-Reitor de Extensão João Rodolpho Amaral Flôres
Pró-Reitor de Graduação Orlando Fonseca
Pró-Reitor de Planejamento Charles Jacques Prade
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Helio Leães Hey
Pró-Reitor de Recursos Humanos Vania de Fátima Barros Estivalette
Diretor do CPD Fernando Bordin da Rocha

Coordenação de Educação a Distância

Coordenador CEAD Fabio da Purificação de Bastos
Coordenador UAB Carlos Gustavo Martins Hoelzel
Coordenador de Pólos Roberto Cassol
Gestão Financeira Daniel Luís Arenhardt

Centro de Ciências Sociais e Humanas

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas Rogério Ferrer Koff
Coordenador do Curso de Sociologia João Vicente da Costa Lima

Elaboração do Conteúdo

Professor pesquisador/conteudista João Rodolpho Amaral Flôres

**Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e
Desenvolvimento em Tecnologias da Informação
e Comunicação Aplicadas à Educação**

Coordenadora da Equipe Multidisciplinar Elena Maria Mallmann
Materiais Didáticos Volnei Antônio Matté
Desenvolvimento Tecnológico André Zanki Cordenonsi
Capacitação Ilse Abegg

Produção de Materiais Didáticos

Designer Evandro Bertol
Designer Marcelo Kunde

Orientação Pedagógica Diana Cervo Cassol

Revisão de Português Marta Azzolin
Samariene Pilon
Sílvia Helena Lovato do Nascimento

Ilustração Cauã Ferreira da Silva
Natália de Souza Brondani

Diagramação Emanuel Montagnier Pappis
Maira Machado Vogt

Suporte Moodle Ândrei Camponogara
Bruno Augusti Mozzaquatro

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 5 |
| Considerações gerais sobre o conteúdo da Disciplina..... | 6 |
| UNIDADE 1 | |
| CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA | 8 |
| 1.1. A Sociedade e o Estado Português na pré-modernidade | 8 |
| 1.2. As organizações sociais e políticas pré-coloniais no Brasil | 11 |
| 1.3. Sobre a ocupação colonial portuguesa..... | 12 |
| 1.4. O pré-capitalismo brasileiro: justificações e reflexos da escravidão..... | 14 |
| UNIDADE 2 | |
| CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO | 18 |
| 2.1. Iluminismo e liberalismo no Brasil – na transição entre os séculos XVIII e XIX..... | 18 |
| 2.2. As tratativas políticas da independência e da organização do estado nacional brasileiro | 21 |
| 2.3 As antinomias dos espaços econômicos, políticos e sociais do Império..... | 24 |
| UNIDADE 3 | |
| REPÚBLICA COMO VIÉS DE MODERNIDADE POLÍTICA E SOCIAL | 27 |
| 3.1. Incongruências entre Liberalismo e Positivismo | 27 |
| 3.2. As várias Repúblicas do Brasil..... | 28 |
| 3.3. O Varguismo e a guinada desenvolvimentista..... | 29 |
| 3.4. Um balanço sobre a ditadura do período 1964-1985..... | 32 |
| 3.5. O Brasil do século XXI – FHC e Lula | 34 |

AULA 1

APRESENTAÇÃO

Prezados Acadêmicos do Curso de Sociologia – EaD, sou o Professor João Rodolpho Amaral Flôres e trabalharei no primeiro semestre de 2010 com vocês a Disciplina “História Econômica, Política e Social do Brasil”, constituída por 04 créditos, num total de 60 horas, distribuídas em 12 encontros.

Afirmo, desde já, que será uma imensa satisfação ministrar aulas nestes diferentes Pólos, como minha primeira experiência na EaD. Espero que possamos interagir pró-ativamente ao longo do semestre, mesmo que nossa disciplina seja apenas um aporte às demais. No entanto, tenho certeza de que, ao final, muitos serão os proveitos do conteúdo.

A seguir, repasso para vocês um pouquinho do meu histórico acadêmico, que, de forma mais completa, poderá ser verificado no Sistema Lattes da CAPES. Remeto, anexada, imagem da minha pessoa.



Minha formação é em História, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Nos últimos anos, fixei meu objeto de estudos nos estratos populares urbanos, com destaque à história dos trabalhadores ferroviários do RS.

Trabalho no ensino há 28 anos, sendo 21 deles na UFSM. Na Universidade, faço parte do Departamento de Ciências Sociais, no qual tenho lecionado algumas disciplinas que tratam de temáticas sobre o campesinato, os estratos populares, a inclusão social e o pensamento político brasileiro.

Nos últimos anos, dediquei-me a uma assessoria junto ao Reitor da UFSM, na Pró-Reitoria de Extensão, situação que limitou bastante a minha atuação frente aos alunos da graduação.

Reafirmo a todos que tenho muita vontade em participar pela primeira vez da EaD, o que fará com que eu venha redobrar esforços para que tenhamos a exposição de uma disciplina tranquila, a qual possa contribuir de alguma maneira na formação de vocês em Sociologia.

Um grande abraço e vamos ao trabalho.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CONTEÚDO DA DISCIPLINA

Os diferentes assuntos que serão abordados no decorrer da Disciplina não terão como foco principal os tradicionais eventos da história do Brasil. Não enfatizaremos nomes e datas, ou acontecimentos de grande vulto, como prioridades.

O foco estará centrado numa análise mais ampliada de compreensão das relações Portugal e Brasil, em função da estruturação do capitalismo na modernidade, isto é, a partir do século XV, e das estruturas sociais, políticas e econômicas engendradas no Brasil, decorrentes dessa miscigenação cultural luso-brasileira. Portanto, de uma “nova” sociedade que se formatou no Brasil, com suas próprias particularidades e singularidades.

Na **Unidade 1**, enfocaremos muitos elementos sobre a história de Portugal e as razões de sua expansão além-mar pelos séculos XV e XVI, para, então, tecermos a teia de seus interesses no Brasil, da qual resultou a “constituição da sociedade brasileira”, trazida à luz a fórceps, unindo identidades gentias com heterogeneidades populacionais européias. Afinal, podem ser consideradas sociedades, aquelas existentes no território brasileiro anterior a chegada lusitana? Por que a necessidade de sua ocupação/exploração, acrescida de diferentes populações africanas escravizadas? O que a economia moderna tem a ver com o complexo processo de ocupação portuguesa na América, voltado à produção de matérias-primas para um país não industrial? Essas serão algumas das questões que deveremos refletir e responder.

Na **Unidade 2**, percorridos três séculos de ocupação lusitana no já conhecido “Brasil”, um prolongamento da nação e do estado português, uma região além-mar colonial com uma sociedade local já firmada em valores ibéricos, especialmente influenciada pela cultura religiosa católica e valores pré-capitalistas, na qual estavam bem definidos os papéis sociais, políticos e econômicos, faz surgir, a partir da metade do século XVIII, os “ideais” de autonomia, do que mais tarde resultou na “independência”. Portanto, será o século seguinte, o XIX, o cenário temporal do Império Brasileiro, nosso primeiro formato de organização como “estado nacional”, calcado no poder de uma monarquia, a qual continuava alicerçada em raízes portuguesas. Por isso, as muitas antinomias que precisam ser avaliadas neste século, entre as quais as do iluminismo e do absolutismo; do liberalismo e do escravismo; da concentração de terras e dos privilégios de posse; da educação como privilégio de poucos; entre outras. Assim, teremos idéia geral dos principais elementos da cultura política, social e econômica do Brasil Império.

Na **Unidade 3**, iremos tratar da República, uma reinvenção moderna e contemporânea no Brasil de forte tradição monárqui-

ca, que teve suas raízes na antiguidade, mas que, em nosso país, fugiu bastante das bases tradicionais, ainda que fosse uma tentativa de cópia do modelo norte-americano. No entanto, os políticos nacionais se esqueceram do fundamental: somos um cadinho de cultura social, política e econômica que difere frontalmente dos anglo-saxônicos, já que, por muitos séculos, fomos nordeados pelas influências da latinização. Assim, é possível compreendermos os progressos e retrocessos desse período que avança pelo século XX e chega ao XXI, com duas situações bem demarcadas: a forte cultura autoritária e as variáveis de resistência democrática, através de movimentos sociais organizados; e a sedimentação do capitalismo no país, primeiramente agroexportador e depois multi-econômico.

Espera-se, assim, que a conjugação de uma urdidura de conteúdos, com suas relações e correlações temáticas permita aos prezados alunos uma compreensão ampliada da história brasileira do passado e suas interfaces com os dias atuais. Com isso, contribuindo para o debate nas demais disciplinas do Curso, mostrando fatos e acontecimentos interligados às teorias sobre formação e desenvolvimento de sociedades.

UNIDADE 1

AULA 2

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Nesta primeira Unidade, abarcaremos o universo histórico da formação nacional portuguesa, sua sedimentação como estado e sua expansão ultramarina, perpassando os períodos medieval e moderno, linkado ao lançamento das bases do capitalismo na Europa ocidental.

Disso resultou, entre outras, a dominação portuguesa sobre o território que depois viria a ser convencionada como "Brasil". Na sua seqüência, entre os séculos XV e XVIII, temos a formação de uma sociedade brasileira, logicamente amparada numa cultura colonial ibérico-moderna.

1.1. A SOCIEDADE E O ESTADO PORTUGUÊS NA PRÉ-MODERNIDADE

O surgimento de Portugal como nação e país geograficamente definido se deu como decorrência das lutas entre cristãos e muçulmanos ao longo da média e baixa Idade Média, no caso, na Península Ibérica. A junção de interesses sobre a região ibérica, de povos bárbaros e cristãos, acabou juntando forças para luta de expulsão dos muçulmanos africanos e asiáticos que ocuparam a parte mais ocidental da Europa quando da expansão do Império protagonizado por Maomé no século VIII.

Assim, no século XII, os compromissos de família assumidos por pequenos e grandes reinos cristãos da península firmaram pactos para a luta contra os estrangeiros. Entre os muitos que se destacaram, cabe salientar os mais conhecidos: Leão e Castela.

Nesse sentido, oriundos da França, a família Borgonha, liderada por Henrique e Raimundo, organiza a luta contra os mouros (grupo predominante da Mauritânia – África) no extremo da península, nos seus limites com o Atlântico e o Mar do Norte. O sucesso de tal empreendimento garantiu à família Borgonha, por delegação de Afonso VI, rei de Leão, o território denominado Condado Portucale e, como "compensação", suas duas filhas para casamento.

Em 1139, Afonso Henriques, filho de D. Henrique, obteve a autonomia completa do território junto ao reino de Leão, após a morte de seu avô e de uma disputa com sua própria mãe, demarcada por traições e sequestros. A partir daí, firma-se a existência de Portugal e dos Borgonha no poder. Estes confirmaram, através de inúmeras guerras, o fato conhecido como Reconquista, ampliando o território português e diminuindo a presença muçulmana na região.

Cabe destacar que, no decorrer de quase três séculos, formou-se uma identidade portuguesa ligada aos mares e outra tradicional, do seu mundo rural, quase feudal. A urbanização litorânea, além de ter sido estratégica para defesa do território, também permitiu o

empreendedorismo marítimo, o qual fez surgir no país uma pequena burguesia nacional e estrangeira. Assim, começa nova perspectiva econômica na Europa, com o dinamismo comercial que rompia lentamente as bases da economia de subsistência medieval.

No final desta dinastia, já no séc. XIV, o país obteve novos impulsos econômicos graças à diversificação de suas rotas navais, com base no comércio de manufaturas e especiarias, em especial as do Mediterrâneo, junto às cidades italianas e nos países baixos.

No entanto, as dissensões políticas internas eram uma realidade entre nobres conservadores e a burguesia que se afirmara como grupo social importante, a qual tinha planos de tornar o país uma referência econômica na Europa, aproveitando a unidade política e as possibilidades de expansão ultramarina na África e Ásia.

Esta situação concorreu para a Revolução de Avis, que se efetivou numa luta dinástica entre 1383-1385, após a morte do último rei dos Borgonha, D. Fernando. Nesse contexto, a burguesia apoiou a ascensão do Mestre de Avis, filho bastardo do pai de D. Fernando de Borgonha, representante dos interesses desta contra a nobreza. No outro pólo estava a nobreza que esteou a anexação de Portugal ao reino de Castela, pois a filha de D. Fernando era casada com o rei de Castela. Com a ascensão do Mestre de Avis, coroado como D. João I, deu-se início à dinastia de Avis, a qual ultrapassaria o século XV no poder em Portugal.

São importantes algumas considerações sobre a vida política portuguesa deste período, em função da aplicabilidade de parte da estrutura de estado lusófilo no Brasil, no pós 1500. O país vivia duas realidades bem distintas:

- Interior: demarcado pela vida rural, conservadora e economicamente pouco significativa, tinha o funcionamento de suas comunas regulado por estatutos legais e consuetudinários. Isto quer dizer que já existiam leis emanadas da Corte, outorgadas pelo Rei, as quais deveriam ser aplicadas sob fiscalização das elites locais/regionais, formadas pela aristocracia de nobres. As famosas Cartas Reais procuravam disciplinar os elementos da vida administrativa, social, moral e política da população. Mas, o que realmente nos interessa, porque teve reflexos no Brasil, foram as *Assembléias Concelhias*, ou simplesmente os *Concelhos*. Eles constituam os espaços de poder local/regional equivalentes às atuais câmaras de vereadores ou assembléias provinciais, as quais geravam muita autonomia política de seus membros e da representatividade em relação ao poder central, isto é, à Corte.
- Litoral: caracterizado predominantemente pela efervescência de uma nascente vida urbana, junta aos principais portos do país e às duas maiores cidades, Coimbra e Lisboa. Nestas cidades, historicamente, situou-se a Corte Real, e nelas habitavam a alta nobreza, representativa das várias regiões do país, que convivia com flores-

cente burguesia, cujos membros se originavam de diversas partes da Europa, com destaque aos “judeus convertidos”, os maiores investidores capitalistas, juntamente com a própria família real. Na Corte, eram tratados todos os principais assuntos do estado português, a partir de deliberações do Rei, aconselhado por seus ministros. Não havia um parlamento de representação política, mas sim a “corte”, isto é, pessoas representativas das diferentes graduações de nobreza, geralmente grandes proprietários, os quais viviam de festas e favores junto ao Rei. Na verdade, viviam controlados pelo Rei no seu intuito de refrear possíveis secessões internas que colocassem em risco o poder real ou a monarquia.

Assim, quando os portugueses aportaram no Brasil com uma idéia de organização política e social a ser aplicada nas novas propriedades reais, não trouxeram grandes novidades administrativas. Basicamente, fizeram adaptações para conceber o poder colonial, o que se deu por “Governos gerais” e “Câmara de vereadores”.

Veja os mapas de apoio:

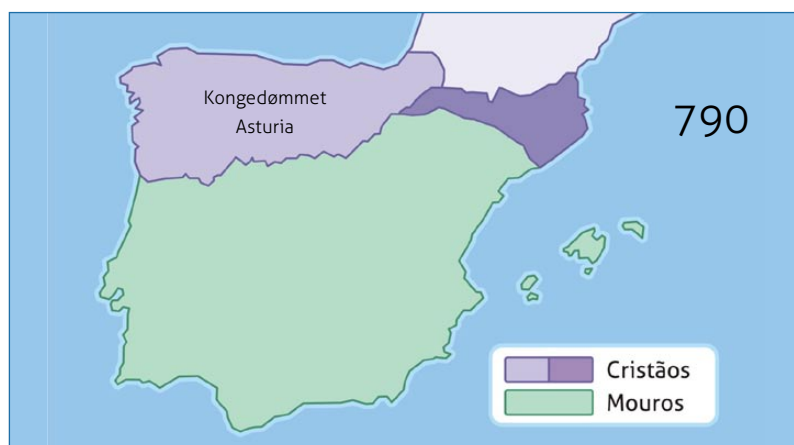


Figura 1 – adaptado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Condado_Portucalense

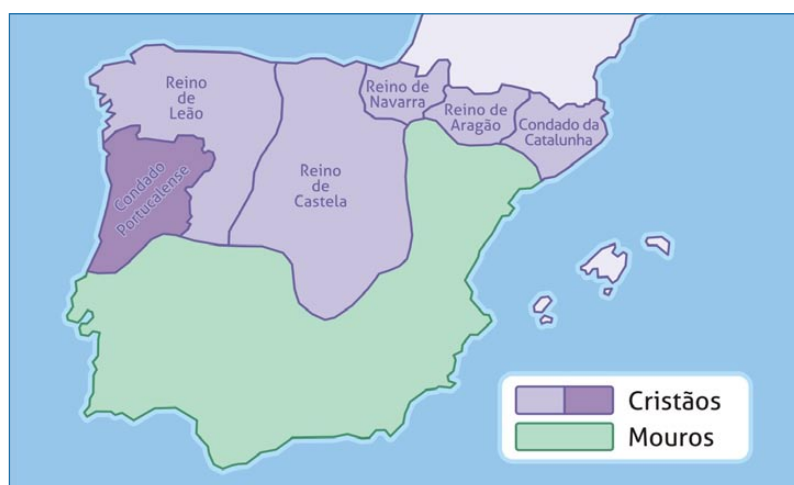


Figura 2 – adaptado de www.educacao.te.pt

LER O TEXTO DE APOIO – em anexo – PDF: “A IMPORTÂNCIA DO MAR E A LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO PORTUGUÊS” – Autor: Almirante Vieira Matias [grafia na língua de Portugal – texto original].

AULA 3

1.2. AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS PRÉ-COLONIAIS NO BRASIL

Quando pensamos o Brasil a partir de 1500, numa primeira impressão, vem à mente que no imenso território americano, logicamente ainda não demarcado conforme os mapas que hoje conhecemos, não existiam quaisquer formas de organização social, política e cultural. Essa foi a perspectiva pensada pelos europeus, naquela época, e o que existia fugia totalmente aos padrões das culturas européias. Portanto, não foram reconhecidas as diferentes sociedades aqui existentes, seus modos de vida e de sobrevivência. Daí, as visões de uma “utopia”, calcada em experiências de vida totalmente natural e selvagem.

Lógico, por analogia, os europeus consideravam-se o centro do mundo (*eurocentrismo*), e tudo o que fugia aos seus padrões culturais era considerado exótico, porque culturalmente carregavam significativas influências latinas, saxônicas, normandas, eslavas e até muçulmanas, carregadas de elementos religiosos católicos ou protestantes. No caso português, a presença da Igreja Católica foi decisiva para sua afirmação nacional ainda ao final da Idade Média e ao longo da Modernidade, o que trouxe reflexos diretos na presença deste país – Portugal – no Brasil.

Assim, há que se considerar a existências de várias nações gentias no território primordial do Brasil, que a historiografia relegou a um segundo plano de importância/prioridade, em função da falta de escrita entre essas gentes e pouca densidade de fontes explicativas. Portanto, anterior a 1500, essas nações constituíam a pré-história do Brasil.

Como é de conhecimento universal, na América, anterior ao “descobrimento europeu”, viveram inúmeros grupos humanos em suas diferentes regiões nos trópicos, no equador ou nas zonas frias. Cada sociedade teve um tipo de evolução, e muitas se tornaram verdadeiros impérios em áreas de domínio ou de poder de grupos sobre grupos.

No Brasil, temos que considerar pelo menos três realidades bem distintas: as sociedades litorâneas; as sociedades amazônicas; as sociedades do interland. Serão elas que interagiram [no futuro ?] com os europeus, a partir de 1500, e avançaram até o início do século XIX, em situações muito peculiares, ou seja, quando da afirmação do povoamento nas primeiras vilas junto ao litoral, base de ocupação e ponto de apoio para a expansão ao interior; áreas de florestas e rios, buscadas como reservas de madeiras e especiarias

apreciadas na Europa; e zonas de exploração mineral ou de pecuária, mais no centro-sul-oeste do Brasil.

REALIZAR PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: Sobre costumes, organização social e política e religiosidade dos indígenas brasileiros. (Micro-texto de até 03 páginas, com identificação das fontes de consulta).

LER TEXTO COMPLEMENTAR – em Anexo – PDF: “LEOLINDA DALTRO E O PROJETO DE CATEQUESE DOS ÍNDIOS NO BRASIL” – Autora: Patrícia Costa Grigório.

1.3. SOBRE A OCUPAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Afora os acontecimentos das viagens dos “descobrimientos”, assunto já bastante reflexionado, sejam as viagens dos espanhóis ou mesmo dos portugueses, que tratam das questões de segredos e de áreas no Atlântico já conhecidas a partir de 1350, serão as novas perspectivas culturais e econômicas que devem ser consideradas num caráter de análise mais ampliado. Afinal, teremos com a expansão ultramarina europeia as bases do capitalismo moderno, cuja complexidade trará inúmeros reflexos na vida das pessoas.

Por meio de documentações conhecidas como *Cartas de Doação* e *Foral*, foram distribuídas as propriedades, que na ótica real pertenciam ao Estado de Portugal, porque ninguém as havia reclamado. Lógico que as comunidades indígenas foram totalmente desconsideradas e o interesse luso preservado em relação a possíveis reclamantes europeus. Sobre *Carta de Doação* e *Foral*, observe os quadros que seguem:

- A **Carta de Doação** era um documento da Lista de reis de Portugal que era a Coroa Portuguesa pelo qual esta fazia a concessão de uma capitania e dos seus direitos sobre ela, a um capitão donatário. A Coroa tinha particular interesse nos forais porque estes funcionavam como fontes. Podemos perceber o interesse das capitanias pela Carta de Foral.
- Esse documento estabelecia os limites geográficos da capitania e proibia o comércio das suas terras, aceitando a transferência territorial apenas por hereditariedade (que passa do pai para o seu filho); regulamentava os limites das capitanias; dava jurisdição civil e criminal sobre a área da capitania.
- Era complementado pela chamada Carta Foral, que fixava os direitos e deveres do capitão donatário. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>)

Uma **carta de foral** é um documento concedido por um rei ou por um senhorio a uma povoação onde se estabelecem as normas de relacionamento dos seus habitantes, entre si e com o senhor que lhes outorgou o documento. É concedido como uma carta de privilégio, concedendo aos moradores da terra que a recebe um estatuto privilegiado ou de exceção. (Fonte: www.csarmiento.uminho.pt)

É importante saber que a Carta Foral era documento outorgado pelo rei, autoridade eclesiástica ou por um senhor grande proprietário, portanto, uma autoridade ou pessoa de grande expressão social para os padrões da época: "(...) caracterizavam-se (as cartas forais) [quando o autor faz observações; complementos; etc.; no texto de outra autoria, pelo que sei é entre colchetes??], em termos gerais, por serem uma lei escrita (carta firmada, testemunhada e confirmada), orgânica (organizadora de um determinado aglomerado social), local (atuante dentro de fronteiras territoriais definidas), ou relativa (aplicável às relações econômico-sociais internas, recíprocas entre habitantes e a autoridade outorgante)" (Fonte: www.geocities.com).

Tal documento praticamente representava parte da restrita legislação sobre governo e direitos e deveres dos cidadãos e subalternos nas áreas coloniais. Tratavam das "liberdades" e "garantias às pessoas e aos seus bens", determinando a existência dos tipos de "impostos e tributos, multas e composições, o serviço militar, imunidade coletivas, aproveitamentos dos terrenos comuns, etc" (Fonte: www.geocities.com).

A **Carta Foral** tratava, principalmente, dos tributos a serem pagos pelos colonos. Definia ainda, o que pertencia à Coroa e ao donatário. Se descobertos metais e pedras preciosas, 20% seriam da Coroa e, ao donatário caberiam 10% dos produtos do solo. A Coroa detinha o monopólio do comércio do pau-brasil e de especiarias. O donatário podia doar sesmarias aos cristãos que pudessem colonizá-las e defendê-las, tornando-se assim colonos. (Fonte: pt.wikipedia.org)

Com os vértices da ocupação da faixa litorânea e das possibilidades de avanço no território, que ninguém tinha plena certeza da sua dimensão, a não ser uma referência do que seria a Linha de Tordesilhas, a qual sinalizaria os domínios de Portugal e facilitaria o mapeamento das capitânicas hereditárias, estariam postas as bases para o efetivo "império" colonial português na América.

Por seu lado, os *Regimentos* foram instrumentos jurídicos que estabeleceram as regras do Governo Geral na colônia, este servindo de apoio ao estabelecimento e administração das capitânicas hereditárias, porque constituíam o elo direto entre nobreza/iniciativa privada colonial com a Corte portuguesa. No quadro a seguir, co-

mente a importância, a necessidade e a eficiência do funcionamento do sistema de Capitâneas no Brasil ao longo de três séculos.

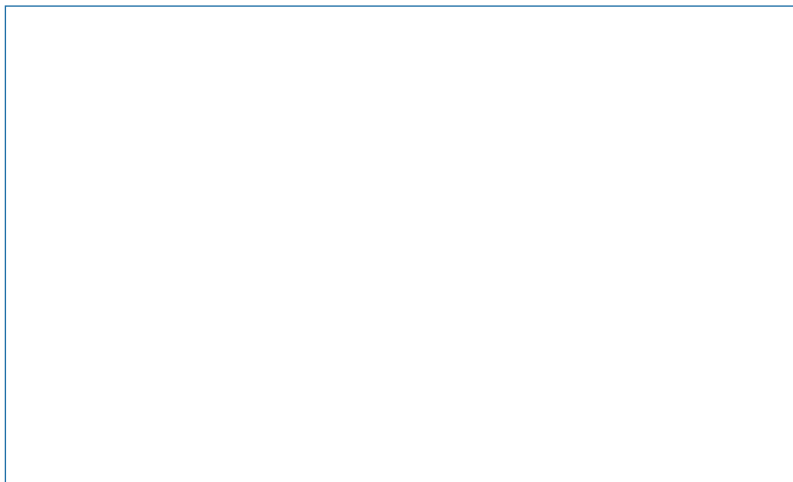


Figura 3

1.4. O PRÉ-CAPITALISMO BRASILEIRO: JUSTIFICAÇÕES E REFLEXOS DA ESCRAVIDÃO

Durante os três séculos da presença colonial dos portugueses no Brasil, a exploração econômica das diferentes regiões do país esteve ligada aos interesses de obtenção de matérias-primas excêntricas, como, no caso da Amazônia, rebanhos para alimentação interna, produção de velas e exportação da couroma, metais preciosos destinados à Corte e produção da agricultura voltada à subsistência e exportação do açúcar.

Não eram claras as políticas econômicas de Portugal neste longo período, porque na Europa o país sempre esteve envolvido em questões sucessórias que ligavam a monarquia a demandas da Espanha e França pelo exercício do poder real. Assim, o muito que as colônias produziam em termos de riqueza, que poderiam gerar poupança interna pela oferta de capitais, isto é, saldos positivos nos negócios do reino, e o Brasil seria o maior dos lastros nessa economia portuguesa, acabou gerando uma dependência secular do país, em especial, junto à Inglaterra e Países Baixos, então as maiores referências do nascente capitalismo.

Se a metrópole, Portugal, não conseguia fazer a poupança necessária para atender suas necessidades de infraestrutura, gastando muito para manter a Corte e, de modo particular, a ociosidade da sua nobreza, mesmo recebendo quantias de ouro e pedras preciosas anuais das suas colônias, o que se poderia esperar do Brasil? Portanto, falar em capitalismo nessa época, tanto em Portugal quanto no Brasil, é afirmar que a riqueza era vasta e variada, mas não havia capacidade técnica e política dos portugueses em aplicar corretamente esse potencial oriundo do processo econômico.

Neste sentido, considerando-se a realidade brasileira dos três primeiros séculos iniciais da sua história, no máximo, podemos entender a função do país como uma colônia de produção, consumo e exportação pré-capitalista. Isso quer dizer que, mesmo com tecnologia arcaica e mão-de-obra predominantemente escrava, não havia políticas internas de reaplicação dos esforços de produção no próprio local. Nesse caso, nas áreas de produção, mas havia, especialmente nas cidades litorâneas, isto é, nas sedes das capitâneas e eventualmente em povoados e vilas de importância estratégica, como no caso daquelas das zonas de mineração.

Assim, decorridos três séculos, o país não dispunha de estradas, pontes, portos, habitações e transportes adequados ao conforto da sua população que paulatinamente vinha crescendo. A riqueza aqui produzida era repassada para o bem-estar da nobreza metropolitana, sendo exceção alguns poucos nobres da colônia que tinham funções políticas de confiança junto ao reino português.

Quando o Liberalismo se estabeleceu como doutrina política e econômica entre os séculos XVIII e XIX no mundo ocidental, na sucessão da fase mercantilista, avaliou-se que o Brasil tinha imenso potencial como país. De modo particular, suas possibilidades econômicas, mas convivia com dois grandes problemas: a falta de autonomia política e a escravidão. A solução para o problema político, em parte, seria dado no início de 1800. Já a escravidão, que foi a grande marca do pré-capitalismo no Brasil, manteve-se assim ao longo do século XIX.

Cabe lembrar que o Estado português não possuía nem estrutura material, nem recursos financeiros para aplicar nas suas colônias. Isso ficou patente ao longo das navegações dos séculos XV e XVI, quando apenas autorizava a iniciativa privada do país de nações estrangeiras a explorarem suas rotas e áreas de ocupação.

A falta de condições da nação portuguesa refletia-se pelo número pequeno da sua população e, como já referido, pelas dificuldades da sua economia, já que o Estado apenas gastava os capitais que conseguia captar nas relações econômicas internas e externas, e a burguesia lusitana era totalmente dependente de empresários externos ou dos empréstimos de capitalistas judeus, estes transformados em "cristãos novos".

Conforme o colocado, as ações de ocupação e exploração do Brasil foram marcadas por essas precariedades lusitanas. Como sabido, o governo real repassou à iniciativa privada e a nobreza de segunda linha às tarefas de gerenciamento da colônia, as quais envolviam a representação do poder real no local, o que se deu através dos governos gerais e, em sua primordial forma de descentralização, através das primeiras câmaras de vereadores junto às primeiras vilas edificadas no país. Afora isso, uma representação judiciária e a força armada.

Consolidada a ocupação lusitana na América, com sua mínima e possível infraestrutura política, iniciou-se o grande intento europeu que seria a exploração dos recursos naturais da região. Como não havia mão-de-obra suficiente para trabalhar em tão vasta e diversificada área, a alternativa dos primeiros investidores, já parceiros de empreendedores capitalistas de outras nações européias, foi lançar mão do expediente da escravidão de gentios e africanos.

A presença primordial negra no Brasil, infelizmente, se deu para atender as demandas da produção. Muito especialmente no interior, ligada aos trabalhos de agricultura e de mineração e, secundariamente, na exploração de especiarias ou no trato de rebanhos. Assim, milhões de africanos foram trasladados por mais de 300 anos ao Brasil. O escravismo constituiu-se, então, numa das maiores vergonhas da história da humanidade, e os portugueses/brasileiros são atores responsáveis diretos no período da modernidade: "(...) é difícil não pensar nos portugueses, espanhóis e ingleses que superlotavam os porões de seus navios de negros africanos, colocando-os a venda de forma desumana e cruel por toda a região da América. Sobre este tema, é difícil não nos lembrarmos dos capitães-de-mato que perseguiram os negros que haviam fugido no Brasil, dos Palmares, da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, da dedicação e idéias defendidas pelos abolicionistas, e de muitos outros fatos ligados a este assunto" (Fonte: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/escravidao.htm>).

Ainda sobre o colocado anteriormente, ver os quadros em destaque que seguem:

O ESCRAVISMO NAS CIVILIZAÇÕES

- Apesar de todas estas citações, a escravidão é bem mais antiga do que o tráfico do povo africano. Ela vem desde os primórdios de nossa história, quando os povos vencidos em batalhas eram escravizados por seus conquistadores. Podemos citar como exemplo os hebreus, que foram vendidos como escravos desde os começos da História.
- Muitas civilizações usaram e dependeram do trabalho escravo para a execução de tarefas mais pesadas e rudimentares. Grécia e Roma foi uma delas, estas detinham um grande número de escravos; contudo, muitos de seus escravos eram bem tratados e tiveram a chance de comprar sua liberdade. (Fonte: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/escravidao.htm>).

ESCRAVISMO NO BRASIL

- No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam os africanos como se fossem mercadorias aqui no Brasil. Os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos.
- Nas fazendas de açúcar ou nas minas de ouro (a partir do século XVIII), os escravos eram tratados da pior forma possível. Trabalhavam muito (de sol a sol), recebendo apenas trapos de roupa e uma alimentação de péssima qualidade. Passavam as noites nas senzalas (galpões escuros, úmidos e com pouca higiene) acorrentados para evitar fugas. Eram constantemente castigados fisicamente, sendo que o açoite era a punição mais comum no Brasil Colônia.
- Eram proibidos de praticar sua religião de origem africana ou de realizar suas festas e rituais africanos. Tinham que seguir a religião católica, imposta pelos senhores de engenho, adotar a língua portuguesa na comunicação. Mesmo com todas as imposições e restrições, não deixaram a cultura africana se apagar. Escondidos, realizavam seus rituais, praticavam suas festas, mantiveram suas representações artísticas e até desenvolveram uma forma de luta: a capoeira.
- As mulheres negras também sofreram muito com a escravidão, embora os senhores de engenho utilizassem esta mão-de-obra, principalmente, para trabalhos domésticos. Cozinheiras, arrumadeiras e até mesmo amas de leite foram comuns naqueles tempos da colônia.
- No Século do Ouro (XVIII) alguns escravos conseguiam comprar sua liberdade após adquirirem a carta de alforria. Juntando alguns "trocados" durante toda a vida, conseguiam tornar-se livres. Porém, as poucas oportunidades e o preconceito da sociedade acabavam fechando as portas para estas pessoas.
- O negro também reagiu à escravidão, buscando uma vida digna. Foram comuns as revoltas nas fazendas em que grupos de escravos fugiam, formando nas florestas os famosos quilombos. Estes, eram comunidades bem organizadas, onde os integrantes viviam em liberdade, através de uma organização comunitária aos moldes do que existia na África. Nos quilombos, podiam praticar sua cultura, falar sua língua e exercer seus rituais religiosos. O mais famoso foi o Quilombo de Palmares, comandado por Zumbi. (Fonte: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/escravidao.htm>)

UNIDADE 2

AULA 4

CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

2.1. ILUMINISMO E LIBERALISMO NO BRASIL – NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

Comentar sobre iluminismo e liberalismo no Brasil nos remete a considerar nossa condição histórica de colônia, isto é, um país, no sentido geográfico do termo, no século XVIII, já com uma sociedade sedimentada em grupos sociais bem distintos, mas, antes de tudo, uma sociedade que fazia parte do Estado português e da própria configuração societária lusitana. Éramos Portugal.

Nessa época, após muitas secessões internas e dominação externa, em especial da Espanha e da França, após 1750, ascendeu ao poder a figura do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo. Foi esse personagem secretário de Estado do Reino, algo como um primeiro-ministro do Rei D. José I, que reinou entre 1750 e 1777.

Sobre a biografia política de Pombal, cabe destacar:

Sua energia, depois do terremoto de 1755 que destruiu Lisboa e matou centenas de milhares de pessoas, deu-lhe muito prestígio com o rei. Foi nomeado sucessivamente primeiro-ministro, conde de Oeiras e marquês de Pombal.

Um atentado à vida do rei José, em 1758, deu a Pombal o pretexto para tirar poderes da nobreza e expulsar os jesuítas, que tinham amizade com os conspiradores. Os envolvidos, suas famílias e servos, foram torturados e mortos. A época ficou conhecida como o Terror Pombalino. O marquês tornou-se o ditador de Portugal e as pessoas se calaram, ao ver que inimigos e críticos eram castigados com penas perpétuas, exílio e morte. O ministro defendia o absolutismo como forma de governo, isto é, todos os poderes concentrados nas mãos do rei. (Fonte: <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u644.jhtm>)

Por outro lado, afora suas atitudes políticas de déspota, agindo com mãos de ferro, implantou uma série de reformas em Portugal, as quais tiveram reflexos diretos no Brasil. Na sua meta de equiparar Portugal às maiores nações europeias, com ênfase à educação e outras medidas: “Ele foi autor de leis que proibiram escravizar índios e acabou com a discriminação dos cristãos novos (judeus convertidos à fé católica nos tempos da perseguição da Inquisição). Reformou a Universidade de Coimbra, o Exército e a Marinha. Reorganizou as finanças do Estado, criou a Imprensa Real e a Escola de Comércio, e deu impulso a várias manufaturas para tornar Portugal menos dependente da Inglaterra” (Fonte: <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u644.jhtm>).

Sobre o Marquês de Pombal veja mais:

- A maioria das pessoas, sobretudo os nobres e os representantes do clero não gostavam das reformas porque elas reduziram seus privilégios e seu poder. Quando o rei José morreu e a rainha Maria 1ª subiu ao trono, em 1777, o marquês perdeu poder político e foi afastado do governo.
- Maria 1ª – que passou à história como D. Maria 1ª, a louca –, era dominada pelos nobres e pelos padres. Dois anos depois, Pombal foi condenado ao exílio, acusado de corrupção. Quis se defender, mas não conseguiu ser ouvido. A rainha fez publicar uma decisão dizendo que perdoava ao marquês por seus crimes e, como era doente e idoso, não se exigiria que ele saísse do país. Essa atitude desgostou Pombal, os crimes não haviam sido provados e ele prestara muitos serviços ao reino. Retirou-se para seu palácio, onde ficou até morrer, aos 83 anos.
- A queda do marquês ficou conhecida como a viradeira. Depois dela, Portugal voltou a cair no atraso e na dependência da Inglaterra, até ser invadido pela França, em 1808 – quando a família real fugiu para o Brasil.
- Durante o seu trabalho como ministro, Pombal fez muitas reformas e conquistou um grande número de adversários políticos entre a nobreza, o clero e os oficiais. Ele foi o principal responsável pela expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias. Conhecidos por seu método de ensino eficiente, os jesuítas, atuavam como força católica em Portugal. (Fonte: <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u644.jhtm>).

A atuação de Pombal no governo português, juntamente com os interesses dissonantes da Igreja Católica nos rumos da exploração colonial, num período ainda crítico, decorrente dos reflexos da Reforma Protestante, fez surgir, no Brasil, pequenos focos de resistência. Exemplo disso tivemos em algumas capitanias, como foram Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Esses movimentos foram considerados como as primeiras manifestações “nativistas” do país, ainda que representassem interesses bem pontuais de parcelas das elites coloniais, tanto a econômica quanto a intelectual. Surgiam, assim, focos de descontentamento em função das políticas arrecadatórias da Coroa, falta de investimentos de infraestrutura, controle da imprensa, inacessibilidade a educação para a maioria da população e espírito de autonomia.

As ditas idéias iluministas européias ou a perspectiva de independência de inúmeros países na América, com destaque ao exemplo dos Estados Unidos, este centrado no pensamento liberal, acabaram influenciando no cenário brasileiro. Essa situação contribuiria, no decorrer dos anos finais do século XVIII e no início do XIX, com a perspectiva de autonomia do Brasil: “(...) O chamado movimento iluminista apa-

rece nesse período como um desdobramento de concepções desenvolvidas desde o período renascentista, quando os princípios de individualidade e razão ganharam espaço nos séculos iniciais da Idade Moderna” (Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br/iluminismo>).

Na sequência, veja mais informações sobre os pensadores do “iluminismo” e seus impactos na ciência do mundo moderno:

No século XVII o francês **René Descartes** concebeu um modelo de verdade incontestável. Segundo este autor, a verdade poderia ser alcançada através de duas habilidades inerentes ao homem: duvidar e refletir. Nesse mesmo período surgiram proeminentes estudos no campo das ciências da natureza que também irão influenciar profundamente o pensamento iluminista.

Entre outros estudos destacamos a obra do inglês **Isaac Newton**. Por meio de seus experimentos e observações, Newton conseguiu elaborar uma série de leis naturais que regem o mundo material. Tais descobertas acabaram colocando à mostra um tipo de explicação aos fenômenos naturais independente das concepções de fundo religioso. Dessa maneira, a dúvida, o experimento e a observação seriam instrumentos do intelecto capazes de decifrar as “normas” que organizam o mundo

Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br/iluminismo>

Porém, as maiores influências do Iluminismo se deram no campo da política, as quais também tiveram reflexos no Brasil. Uma série de filósofos e suas obras clássicas demarcaram novos referenciais de ação e comportamento político, questionando o despotismo, o centralismo e também a atuação das monarquias, abrindo, assim, espaço para a possibilidade de implantação de repúblicas e o caminho de constituição de democracias.

Sobre estes pensadores e suas teorias veja o quadro que segue:

Um dos primeiros pensadores influenciados por esse conjunto de idéias foi o britânico **John Locke**. Segundo a sua obra Segundo Tratado sobre o Governo Civil, o homem teria alguns direitos naturais como a vida, a liberdade e a propriedade. No entanto, os interesses de um indivíduo perante o seu próximo poderiam acabar ameaçando a garantia de tais direitos. Foi a partir de então que o Estado surgiria como uma instituição social coletivamente aceita na garantia de tais direitos.

Essa concepção lançada por Locke incitou uma dura crítica aos governos de sua época, pautados pelos chamados princípios absolutistas. No absolutismo a autoridade máxima do rei contava com poderes ilimitados para conduzir os destinos de uma determinada nação. O poder político concentrado nas mãos da autoridade real seria legitimado por uma justificativa religiosa onde o monarca seria visto como um representante divino. Entretanto, para os iluministas a fé não poderia interferir ou legitimar os governos.

No ano de 1748, a obra "Do espírito das leis", o filósofo **Montesquieu** defende um governo onde os poderes fossem divididos. O equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário poderia conceber um Estado onde as leis não seriam desrespeitadas em favor de um único grupo. A independência desses poderes era contrária a do governo absolutista, onde o rei tinha completa liberdade de interferir, criar e descumprir as leis.

Essa supremacia do poder real foi fortemente atacada pelo francês **Voltaire** (1694 – 1778). Segundo esse pensador, a interferência religiosa nos assuntos políticos estabelecia a criação de governos injustos e legitimadores do interesse de uma parcela restrita da sociedade. Sem defender o radical fim das monarquias de sua época, acreditava que os governos deveriam se inspirar pela razão tomando um tom mais racional e progressista.

Um outro importante pensador do movimento iluminista foi **Jean-Jaques Rousseau**, que criticava a civilização ao apontar que ela expropria a bondade inerente ao homem. Para ele, a simplicidade e a comunhão entre os homens deveriam ser valorizadas como itens essenciais na construção de uma sociedade mais justa. Entretanto, esse modelo de vida ideal só poderia ser alcançado quando a propriedade privada fosse sistematicamente combatida.

(Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br/iluminismo>)

No Brasil o movimento mais célebre desse período foi a tentativa de secessão nacionalista, organizada por intelectuais e proprietários na região da Minas Gerais, a famosa Conjuração Mineira.

REALIZAR PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: Fazer levantamento das principais revoltas coloniais no Brasil, destacando especialmente o caso de Minas Gerais com seus personagens mais ativos. (Micro-texto de até 03 páginas, com identificação das fontes de consulta)

AULA 5

2.2. AS TRATATIVAS POLÍTICAS DA INDEPENDÊNCIA E DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

No entanto, a situação histórica que determina as prévias da independência do Brasil pouco tiveram a ver, pelo menos diretamente, com os movimentos coloniais de cunho iluminista/liberal. Na verdade, a conjuntura européia, decorrente da revolução Francesa e reflexos das consequências da ascensão burguesa na Inglaterra no século XVIII e a independização norte-americana, geraram condições para uma reflexão mais profunda de autonomia do Brasil.

O aparecimento da burguesa no cenário francês e a reação aristocrática levaram ao poder Napoleão Bonaparte. Sua política

expansionista e imperialista acarretou a ameaça à monarquia portuguesa, nessa época, bastante titubeante em função das implicações da crise gerada pelo fim do pombalismo e o acesso ao poder de aliados de D. Maria I.

Portugal, como aliado histórico da Inglaterra, não obedecendo a imposição francesa de bloqueio continental, viu-se numa situação política e militar decisiva. Assim, na prática, quando aconteceu a invasão francesa em Portugal, nos idos de 1807 (23 de novembro invasão francesa; 29 de novembro, saída da Corte para o Brasil), estrategicamente, para manter seu reinado o Príncipe regente D. João (futuro João VI), no exercício do poder desde 1799, já que sua mãe encontrava-se com enfermidade mental, desloca a sede do reino para o Rio de Janeiro, aportando no Brasil em janeiro de 1808.

Este episódio é considerado na historiografia como uma das fugas mais espetaculares da história, ainda que também seja considerada uma covardia imensa dos lusitanos, os quais não tiveram hombridade para enfrentar o cambaleante exército francês de Junot. Algo como 15 mil portugueses nobres ou ligados aos assuntos de Estado vieram se estabelecer no Brasil.

Disso decorreu a instalação da família real no Rio de Janeiro e toda uma série de dificuldades para alocar tanta gente. Faltavam moradias e espaços para atuação dessa nobreza, já que não existiam escolas, teatros e outros equipamentos urbanos para o atendimento dos afazeres dessa gente. Nem mesmo condições de alimentação e saneamento eram as mais adequadas para suprir as demandas da população.

Agora, com a presença da autoridade maior portuguesa no país, ficavam favorecidas as tratativas no rumo da independência. Também, como decorrência da política externa, em especial a pressão inglesa, a abertura dos Portos ainda em 1808 às “nações amigas” foi o primeiro passo rumo a 1822. O seguinte passo foi a elevação do Brasil à condição de reino, o que se deu em 1815, passando o país a desfrutar do mesmo reconhecimento institucional aos reinos de Portugal e de Algarve.

Com isso, estavam garantidas as principais medidas rumo a autonomia, o que se concretizou com a sequência de fatos entre 1820 (Revolução do Porto e reforço ao velho Pacto Colonial) e 1822 (dia do “Fico”):

Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro I recebeu uma carta das cortes de Lisboa, exigindo seu retorno para Portugal. Há tempos os portugueses insistiam nesta idéia, pois pretendiam recolonizar o Brasil e a presença de D. Pedro impedia este ideal. Porém, D. Pedro respondeu negativamente aos chamados de Portugal e proclamou: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico.”

Sobre a independência do Brasil o ver o quadro que segue:

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Após o Dia do Fico, D. Pedro tomou uma série de medidas que desagradaram a metrópole, pois preparavam caminho para a independência do Brasil. D. Pedro convocou uma Assembléia Constituinte, organizou a Marinha de Guerra, obrigou as tropas de Portugal a voltarem para o reino. Determinou também que nenhuma lei de Portugal seria colocada em vigor sem o "cumpra-se", ou seja, sem a sua aprovação. Além disso, o futuro imperador do Brasil, conclamava o povo a lutar pela independência.

O príncipe fez uma rápida viagem à Minas Gerais e a São Paulo para acalmar setores da sociedade que estavam preocupados com os últimos acontecimentos, pois acreditavam que tudo isto poderia ocasionar uma desestabilização social. Durante a viagem, D. Pedro recebeu uma nova carta de Portugal que anulava a Assembléia Constituinte e exigia a volta imediata dele para a metrópole.

Estas notícias chegaram as mãos de D. Pedro quando este estava em viagem de Santos para São Paulo. Próximo ao riacho do Ipiranga, levantou a espada e gritou: "Independência ou Morte!". Este fato ocorreu no dia 7 de setembro de 1822 e marcou a Independência do Brasil. No mês de dezembro de 1822, D. Pedro foi declarado imperador do Brasil.

(Fonte: <http://www.suapesquisa.com/independencia>)

O passo seguinte foi a organização política e administrativa do nascente Estado brasileiro, o que se deu pela atuação direta do Imperador Pedro I e pela convocação de uma Assembléia Constituinte. Caberia aos representantes das diversas províncias, estas sucedâneas da velha estrutura de capitanias hereditárias, gerais e reais, a composição de uma câmara de representantes no Rio de Janeiro para apreciar e deliberar sobre um projeto de Constituição, posteriormente a ser avaliado pelo Imperador.

Os trabalhos da Constituinte iniciaram efetivamente em 1823. Foram 90 membros eleitos, os quais representaram 14 províncias do Império: "(...) destacavam-se na Constituinte, proprietários rurais, bacharéis em leis, além de militares, médicos e funcionários públicos. Para elaborar um anteprojeto constitucional, foi designada uma comissão composta por seis deputados sob liderança de Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio."

Outras informações sobre a Constituinte, veja no quadro abaixo:

O anteprojeto continha 272 artigos influenciados pela ilustração, no tocante à soberania nacional e ao liberalismo econômico. O caráter classista e portanto antidemocrático da carta, ficou claramente revelado com a discriminação dos direitos políticos, através do voto censitário, onde os eleitores do primeiro grau (paróquia), tinham que provar uma renda mínima de 150 alqueires de farinha de mandioca. Eles elegeriam os eleitores do segundo grau (província), que necessitavam de uma renda mínima de 250 alqueires. Estes últimos, elegeriam deputados e senadores, que precisavam de uma renda de 500 e 1000 alqueires respectivamente, para se candidatarem.

A postura elitista do anteprojeto aparece também em outros pontos, como a questão do trabalho e da divisão fundiária. O escravismo e o latifúndio não entraram em pauta, pois colocariam em risco os interesses da aristocracia rural brasileira. Segundo Raymundo Faoro "o esquema procurará manter a igualdade sem democracia, o liberalismo fora da soberania popular". Tratava-se portanto, de uma adaptação circunstancial de alguns ideais do iluminismo aos interesses da aristocracia rural.

(Fonte: <http://www.historianet.com.br/conteudo>)

2.3 AS ANTINOMIAS DOS ESPAÇOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DO IMPÉRIO

O desenrolar do Império no Brasil foi marcado por várias antinomias, isto é, por contradições. Aparentemente, entre uma visão liberal que estaria assegurada no processo constituinte e outra, que, na prática, predominou demarcada pelos ranços do velho absolutismo português, já que o Brasil independente continuou a ser governado por descendentes da família real portuguesa do Bragança.

Com isso, as ditas aspirações liberais de um governo relativamente democrático, gerido por um primeiro ministro e assessorado por outros membros de um ministério político, oriundos dos vários segmentos da Assembléia Geral, as quais permitiriam a introdução de inovações na vida social e econômica nacional, dentro dos princípios liberais, se viu tragada pelo autoritarismo imperial, o qual procurou manter a antiga estrutura de poder centralizado e as benesses aos aliados, em sua maioria, membros da corroída elite nobiliária portuguesa que aqui ficara em 1822.

Exemplo disso foram os acontecimentos do 1º Império e logo as Regências, fruto de uma crise institucional sem precedentes para um país recém independizado. Nesse contexto, as bases sociais e econômicas do país também não foram alteradas. No máximo constituiu-se uma nova elite, mesclada de brasileiros e portugueses que passaram a usufruir as benesses da convivência real, obtendo para si e suas famílias benefícios que outrora dependiam da vontade metropolitana, e agora poderiam ser auferidos diretamente pela pressão ao Imperador.

A conjuntura política conservadora, portanto, deixou de lado metas que seriam fundamentais ao desenvolvimento do país ainda na primeira parte do século XIX, isto é, o fim da escravidão e a redistribuição de propriedades, tornando-as mais acessíveis aos homens livres que nela desejassem produzir.

Se o imperador representava a figura exponencial e solar do rei, o parlamento, por sua vez, nada mais era do que uma assembléia sem poder popular algum, ou melhor, apenas uma câmara exclusiva da nova aristocracia. A centralização impedia qualquer movimento de autonomia provincial, fazendo com que as assembléias regionais funcionassem de modo esvaziado, ficando apenas resquícios de representatividade popular em poucas Câmaras municipais.

A concentração fundiária aliada à manutenção da escravidão foram os elementos mais marcantes do falso liberalismo propugado no Brasil império. Mesmo com justificativas de funcionamento das esferas parlamentares, estas por si só não garantiram uma sociedade democrática.

No 1º Império, Dom Pedro I governou despoticamente, sustentado pela Constituição que havia promulgado em 1824, a qual lhe concedia amplos poderes, em especial, intervenção direta nas decisões legislativas, o que influía também nas condições gerais de cidadania. Como a escravidão fora mantida, praticamente metade da população do Brasil estava alijada de direitos sociais; por seu lado, os demais “homens livres” viviam em situação social tão precária, pela falta de trabalho e renda, bem como acesso a serviços públicos, fazendo com que o percentual de brasileiros excluídos fosse muito grande.

Entre os fatores determinantes para tal situação estava a concentração das propriedades, no país, nas mãos da antiga nobreza portuguesa e da nascente aristocracia brasileira, já que não houve um projeto de Estado no sentido de favorecer aos mais pobres a aquisição de terras. A Lei das Terras de 1850 foi a pá de cal nessa possibilidade.

Entre 1822 e 1834, apenas algumas cidades do Brasil conseguiram gerar espaços públicos comprometidos com o bem estar da população, ainda que muitos voltados às elites. Assim foram edificadas teatros, bibliotecas, parques e jardins botânicos, escolas e institutos de ensino e artes.

Durante as Regências, momento em que, pela primeira vez, as elites brasileiras puderam gerir o país, as crises políticas travancaram o desenvolvimento nacional, permitindo que a velha nobreza se rearticulasse com os conservadores brasileiros. Com isso, surgem as primeiras vertentes partidárias do Brasil, que, ao longo do Império, geraram o “Partido Conservador” e o “partido Liberal”. Naquele momento, foram fiéis à monarquia, titubeante com a saída de Pedro I que optou pelo trono português, e aguardaram a maioria de Pedro II. Assim, os brasileiros perderam a oportunidade de

implantar a República e promover as reformas liberais desejadas antes de 1822, que incluíram a libertação dos escravos e medidas de sanear a pobreza social existente.

O 2º Império foi uma marca pessoal de Dom Pedro II, o qual procurou conciliar interesses e promover avanços de interesse social. Reflexo disso foram os novos espaços de valorização parlamentar, do que resultaram leis que atenderam às demandas das províncias e paulatinamente geraram novas condições de acesso à cidadania, em especial nos direitos políticos das pessoas.

Se, por um lado, o país esteve envolvido em inúmeras questões militares na região Platina, cujas guerras afetaram a economia nacional, por outro lado, demarcou-se uma profunda discussão política a respeito da escravidão e do seu final, bem como a perspectiva de geração de progresso com a vinda de imigrantes.

No plano político, como decorrência, em especial da Guerra do Paraguai, surgiram diferentes tendências partidárias republicanas, formadas por militares, proprietários rurais e profissionais liberais, as quais trabalharam no sentido de reformar a monarquia ou de extingui-la.

REALIZAR PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: Estabelecer relações históricas entre o processo de abolição da escravidão, a Guerra do Paraguai e as idéias republicanas no Brasil Império. (Micro-texto de até 04 páginas, com identificação das fontes de consulta)

LER TEXTO COMPLEMENTAR – em Anexo – PDF: “O PODER MODERADOR NO SEGUNDO REINADO – MEDIAÇÕES ENTRE FONTES E HISTORIOGRAFIA” – Autora: Cecília de Salles Oliveira.

UNIDADE 3

AULA 6

REPÚBLICA COMO VIÉS DE MODERNIDADE POLÍTICA E SOCIAL

3.1. INCONGRUÊNCIAS ENTRE LIBERALISMO E POSITIVISMO

Ao referirmos que, no Brasil, houve incongruência entre aspirações de construção de um modelo de sociedade liberal, isso se deveu à presença forte dos defensores do positivismo francês, recolhido especialmente das idéias de Augusto Comte. A incoerência estaria no sentido de que se aspirava seguir o exemplo norte-americano, mas sem participação efetiva popular, nem na política e muito menos no acesso aos bens econômicos. Seria, então, uma sociedade pensada para poucos usufruírem do esforço do coletivo nacional.

Falar em liberalismo significa atender os dispositivos constitucionais que garantam plenas liberdades políticas, econômicas e sociais. Mas, também é fundamental que a população nacional esteja instrumentalizada sobre tais liberdades e possibilidades de cidadania. No Brasil, ao final do século XIX, não possuímos tal cultura. Nossas elites estavam eivadas de privilégios, enquanto o restante da população vinha de uma história secular desvinculada de direitos. Como, então, entender de “livre iniciativa”, “empreendedorismo”, “investimento na produção”, “direito de ir e vir”, “liberdades religiosas”, “direitos sociais e políticos”; “livre arbítrio”, etc?

Na prática, o liberalismo aspirado pela elite brasileira seria o da descentralização de parte do poder central aos estados da Federação, com maior liberdade de ação governamental nos cenários regionais, inclusive no controle das questões fiscais (impostos), propiciando à população alguns benefícios como escolas, estradas e atendimento para saúde.

Por seu lado, o Positivismo pensava numa república centralizada em termos de poder político nas mãos de um ditador, sendo este apoiado por doutos de diferentes áreas do saber, em especial empresários, que, em conjunto, governariam para o bem social. Democracia, portanto, não fazia parte da agenda destes. O povo receberia as necessárias benesses de inclusão social, mas sem poder exercer efetivamente os seus direitos.

LER TEXTO COMPLEMENTAR – em Anexo – PDF: “ANOTAÇÕES SOBRE A ABOLIÇÃO, IMIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NA REPÚBLICA VELHA”
– Autor: José Luis Simões

3.2. AS VÁRIAS REPÚBLICAS DO BRASIL

Quando apontamos o Brasil marcado por diferentes experiências republicanas, temos que inferir sobre os vários momentos dessa trajetória que já dura 120 anos e, portanto, que já reflete uma cultura política da *res publica* no Brasil.

Na construção dos ideais republicanos da segunda metade do século XIX, tínhamos três possibilidades a seguir com parâmetro: a norte-americana, cuja experiência tinha sido consolidada positivamente após a Guerra da Secessão, com práticas democráticas efetivas, federalismo consolidado e progresso econômico; a francesa, demarcada pelos altos e baixos da participação popular, centrada nos antigos princípios da igualdade, liberdade e fraternidade, no entanto ainda insegura no seu processo de consolidação democrática; e a latino-americana, cujo republicanismo tinha suas raízes numa cultura política caudilhesca, sem grandes referências democráticas e preocupações com os setores populares.

Os protagonistas da queda do Império optaram pelo modelo norte-americano. Entretanto, não ponderaram que a cultura política predominante entre as elites nacionais assemelhava-se às demais da América latina. Ou seja, apreciávamos o modelo estadunidense, democrático e liberal, mas não estávamos preparados para exercê-lo. Mesmo assim, promulgamos uma Constituição (1891) que trazia este arcabouço democrata-liberal, com previsão de federalismo. No entanto, a prática demonstrou estar muito distante da teoria ou das metas desejadas.

Exemplo disso foram os muitos governos militares e os períodos de exceção política, mesclados eventualmente por pequenas etapas pseudo-democráticas. Situação que atravancou o progresso econômico e social do país.

A primeira república foi a de 1889 a 1930, a qual historiadores e cientistas políticos referem com a "Velha", em função da manutenção de muitas semelhanças com o período monárquico. Sua marca principal foram os governos quase autocráticos, constituídos por militares ou elites civis do sudeste. Tivemos assim o que Vitor Nunes Leal bem caracterizou como coronelismo político predominante, aliado às arcaicas formas de produção econômica do setor rural, com pequenos avanços na industrialização. Por seu lado, os direitos sociais e políticos da grande maioria da população ainda eram restritos, especialmente devido ao predomínio maciço do analfabetismo.

Já a segunda república abarca o período de 1930 a 1945, ou que pode ser subdividida entre 1930 e 1937 e de 1937 a 1945. Em síntese, é caracterizada como a "Era Vargas", que iniciou com o golpe de 30 contra Washington Luis e perdurou até 1934, quando foi promulgada a segunda constituição da República e Getúlio Vargas foi eleito presidente constitucional. No entanto, já em 1937, Vargas retrocede em suas posições e impõe o Estado Novo aos bra-

sileiros, período de exceção política em todos os sentidos, o qual durou até 1945, e que foi marcado especialmente pela participação do Brasil na 2ª Grande Guerra.

A terceira república foi convencionada como da “redemocratização”, e estendeu-se de 1945 até 1964, num curto período de funcionamento de partidos políticos, em sua maioria criados a partir de então, e de maiores liberdades públicas. Mas, também foi o momento crucial da Guerra Fria que trouxe reflexos econômicos negativos ao Brasil, pela elevação da inflação e do custo de vida, que gerou desemprego e greves, fazendo surgir também uma histeria da direita brasileira contra as “ameaças” do comunismo. Fase de grande expansão industrial e da infraestrutura de portos, estradas e produção de energia.

A quarta república é a do período da Ditadura Militar que perdurou de 1964 até 1985. Época de restrição de liberdades e direitos sociais e políticos, cujo desenvolvimento econômico foi priorizado, mas com total descontrole das contas públicas. Isso ocasionou inflação e desemprego, causando descontentamento geral na população. Nem mesmo as manipulações através da mídia conseguiram refrear o processo de abertura política, graças às mobilizações populares e atuação dos sindicatos de trabalhadores operários paulistas, União Nacional dos Estudantes, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Ordem dos Advogados do Brasil.

A atual república, também caracterizada como a “Nova República”, foi iniciada com a eleição de Tancredo Neves pelo Congresso Nacional e, logo, sucedido por Sarney, devido ao seu falecimento. Depois veio o fiasco do governo Collor e sua deposição, quando assumiu Itamar Franco. Entretanto, a marca deste período são os mandatos de FHC e Lula, que proporcionaram ao país uma fase de estabilidade política, econômica e social.

3.3. O VARGUISMO E A GUINADA DESENVOLVIMENTISTA

Muito se tem afirmado e/ou debatido que, a partir de Getúlio Vargas, o Brasil vivenciou uma guinada desenvolvimentista em todos os setores da sua vida pública e privada. Teríamos um formato de Brasil antes de 1930 e outro pós 1930? Ou seria um Brasil antes de 30 e outro pós 1945?

Estudos e reflexões não faltam nesse sentido. A história brasileira, com certeza, aponta transformações singulares no país, a começar pela maior urbanização e desenvolvimento industrial. Por outro lado, o trato das questões sociais também tem um novo panorama considerado positivo.

As políticas adotadas por Vargas, de 1930 a 1945, ainda que num país de democracia pífia, na sua visão de plenitude da participação cidadã, atingiram todos os setores da vida econômica, social e cultural.

Houve controle da dívida pública e aconteceram inúmeros investimentos na economia, com destaque às políticas públicas de utilização de recursos do subsolo, de onde foi pensada a Companhia Siderúrgica Nacional e, mais tarde, a Petrobras. A diversificação industrial e a conquista de novos mercados, graças às restrições da grande guerra para os países europeus, permitiram ao Brasil avançar no cenário econômico internacional. Muito disso também se deveu às parcerias com os Estados Unidos.

Essa nova situação de progresso atraiu para as cidades milhões de brasileiros que migraram do campo. Se os cinturões industriais absorveram parte dessa mão-de-obra, cujo excedente constituiu a massa de desempregados que foram viver em favelas, nas zonas rurais foram necessários investimentos de tecnologia que geraram a diversidade de produção agrícola e melhoria dos rebanhos, permitindo ao país aumentar a exportação daquilo não absorvido nos mercados internos.

Politicamente, cabe reforçar, que o foco anticomunista persistia de modo intenso no país. Também, nessa fase, iniciou a debilitação do trabalhismo, centrado nas concepções de governo de Getúlio Vargas. Afora seu governo, entre 1951 e 1954, que se caracterizou por uma série de ambiguidades e contradições, cujas pressões forçaram o presidente a buscar sustentação política no proletariado e em alguns setores da burguesia, a derrocada do trabalhismo começou a apresentar seus primeiros sinais.

Entretanto, ainda que Vargas se valesse de práticas políticas tradicionais, fruto da cultura latifundiária das elites brasileiras, de sua parte houve esforço para equilibrar interesses sociais com os econômicos, porque o progresso tecnológico traria novas oportunidades de melhoria de vida ao proletariado. Daí as políticas nacionalistas de preservação de riquezas e investimentos no setor industrial. Porém, após sua morte os rumos dessa orientação tomaram nova direção.

A retomada da orientação política no país, calcada em princípios liberais, voltados ao atendimento de interesses externos, determinaram a sinalização que os setores populares melhor organizados e atuantes, como no caso dos ferroviários e marítimos em todo o Brasil, deixavam de fazer parte da visão anterior de inclusão, harmonização e colaboração entre classes sociais. A questão principal não era simplesmente as benesses trabalhistas, que estavam asseguradas há muitos anos. Nesse momento, além da persistência da inflação que corroía os salários, os ferroviários eram os mais visados pelas "novas políticas", porque paralisavam setores vitais da economia. Então, o fator modernização e a diversificação dos transportes passaram a ser pontos-chaves de neutralização da situação vigente.

A perspectiva de prioridade aos transportes rodoviários tinha como meta agilizar o sistema de circulação econômica no Brasil. A dinâmica estabelecida pelo capital externo exigia medidas nes-

se sentido. Isso explica o porquê das incisivas acusações contra os trabalhadores do setor de transportes do país, taxados como comunistas e responsáveis pelos desdobramentos negativos da economia, pois as constantes paralisações afetavam igualmente os interesses do capital externo invertido no Brasil.

Para Bosi (2001, p. 305), essa posição liberal não era novidade. Segundo o autor, as posições dos “liberais”, já em 1930, continham em si um endurecimento do modelo *comtiano* para as horas de crise, especialmente no intuito de conter os grupos rebeldes da sociedade civil. Grupos como eram vistos, à época, os comunistas e integralistas que tentaram abalar a ordem e o poder responsável pelo projeto modernizante no país.

Como algo aparentemente paradoxal, apoiado em parcelas da elite e do proletariado, pôde o governo, instituído em 1930, conter as reações. Em troca, gerir a transformação do desenvolvimento capitalista brasileiro de acordo com a ótica dos interesses da burguesia liberal. Ao proletariado restaram as medidas ditas populistas, as quais, segundo Quadros (2002, p. 25), contemplavam “a participação de operários, camponeses, empregados, funcionários e outras categorias de assalariados no processo político”.

Já na conjuntura do pós-1945, os governantes, em especial, Dutra e Juscelino, mesclaram intenções de manutenção do nacionalismo econômico, construído pelo varguismo, e as aspirações das correntes políticas liberais, cujos expoentes, pressionados pelo capital estrangeiro, optaram por “abrir” o país às maciças inversões externas. Nesse contexto, o receio ao comunismo continuava a ser o elemento ideológico mais importante a ser considerado pelas “classes conservadoras”, servindo como justificativa para o controle de quaisquer reivindicações sociais. Fator que se tornou mais agudo em função dos acontecimentos da “guerra fria”.

No intuito de impedir o avanço de tal ideologia, num país de tantos contrastes, por ser altamente concentrador de renda e tecnologicamente atrasado, tanto os trabalhistas quanto os liberais optaram pelo viés da modernização da estrutura produtiva. Porém, se a economia conseguiu avançar atendendo aos interesses da burguesia nacional e do capital internacional, por outro lado, foram mantidas as restrições ao consumo popular e aconteceu a diminuição da oferta de empregos em muitos setores.

A dependência externa do Brasil em relação à implantação de novas tecnologias também acabou afetando o poder público, nas suas diferentes esferas. Situação gerada pela ineficiência administrativa, alta carga de procedimentos burocráticos, corrupção e descontrole de gastos, elementos que faziam parte da cultura dos aparelhos de Estado há muitas décadas. Assim, a versão de *Estado-paternalista*, em contraposição às exigências do *Estado-empresário*, afetou diretamente

as autarquias governamentais, o que, de certa forma, desmantelou a tutela populista e os meios de cooptação das massas trabalhadoras.

LER TEXTO COMPLEMENTAR – em Anexo – PDF: "AS REVISTAS DE CULTURA DURANTE O ESTADO NOVO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS" – Autora: Tania Regina de Luca

AULA 7

SEMINÁRIOS DE AVALIAÇÃO – ver textos:

1. "EMPRESÁRIO, ESTADO E CAPITALISMO NO BRASIL: 1930-1945" – Autor: Eli Diniz – Texto em ANEXO – (pdf.)
2. "GETÚLIO E A SECA: POLÍTICAS EMERGENCIAIS NA ERA VARGAS" – Autor: Frederico de Castro Neves – Texto em ANEXO – (pdf.)

AULA 8

SEMINÁRIOS DE AVALIAÇÃO – ver textos:

1. "A ERA VARGAS E A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA" – Autor: Alvaro de Oliveira Senna – Texto em ANEXO – (pdf.)
2. "A ERA VARGAS ACABOU?" – Autor: Dênis Antônio de Mendonça Bernardes – Texto em ANEXO – (pdf.)

AULA 9

Prova 01 (Questões a serem publicizadas)

AULA 10

3.4. UM BALANÇO SOBRE A DITADURA DO PERÍODO 1964-1985

O período ditatorial no Brasil significou uma fase de muitas faces em nossa história. A ausência de plena democracia permitiu aos governos militares a imposição de metas de desenvolvimento econômico, as quais se demonstraram na prática como verdadeiros fiascos, pela incompetência técnica dos gestores ou não compreensão adequada do cenário capitalista internacional. Se, por um lado, a negatividade social, no que diz respeito às mazelas do povo brasileiro, foi controlada pela censura à imprensa, por outro lado, a resistência democrática sempre foi esboçada em diferentes segmentos da sociedade, com destaque aos estudantes do ensino médio e universitário, à Igreja e pequena burguesia liberal.

Além das medidas restritivas no campo da política, em especial pelas medidas via decretos-lei e atos institucionais, a falta de confiabilidade externa no país fez com que a inflação sofresse ace-

lerado crescimento, ainda mais influída pela crise do petróleo nos anos 70 e a falta de modernização dos nossos parques industriais.

Grande parte da crise vivida se deu pela necessidade de “grandes obras”, as quais tiveram duplo sentido: visavam criar infraestrutura necessária ao progresso, como se deu no setor rodoviário, de comunicações e de geração de energia; estes, contudo, assim como em várias outras frentes de investimentos, tornaram-se meio de roubalheira desenfreada.

O desgaste dos governos militares se deu, entre outros motivos, pela falta de capacidade políticas destes personagens em administrar o “público” e saber interagir com o “privado”. A cultura militar é típica da caserna e da guerra, não do gerenciamento nacional. Nas grandes democracias, cada qual tem seu papel, isto é, os cidadãos não concebem e não aceitam interferências, e muito menos intervenções, nas diferentes esferas de poder e administração. Assim, as forças armadas têm o papel constitucional de defender a nação; a magistratura, de permitir o acesso à justiça; o governo, de atender às demandas públicas e o legislativo de fazer as leis de interesse nacional.

A inabilidade política e o autoritarismo posto à prova, conjugado a uma grande resistência de instituições, como no caso da CNBB, UNE e OAB, juntamente com movimentos sociais e setores do empresariado, lentamente desgastou o regime, que reagiu com a censura dura à imprensa e atos de terrorismo (também respondidos por grupos organizados da sociedade) e a implacável e injustificada tortura gerou o ápice do regime e o início da sua queda.

Neste momento, especialmente entre 1983 e 1985, entre tantos fatos, há que ser destacado o MOVIMENTO DAS DIRETAS JÁ. Foi ele o símbolo da vontade nacional pela mudança imediata no país, o qual reuniu, nas principais capitais do país, milhões de pessoas.

Naquele momento, com uma crise econômica sem precedentes, marcada pela alta e quase incontrolável inflação, desemprego e dívida externa que superava 100 bilhões de dólares, até mesmo o apoio dos proprietários rurais e setores burgueses conservadores, os maiores apoiadores da ditadura militar no Brasil, não foi suficiente para o Presidente João Batista de Figueiredo indicar seu sucessor, num processo eleitoral de fachada, já que a eleição acontecia através de um “Colégio Eleitoral” não legítimo e não democrático, porque não representava a vontade do eleitorado brasileiro.

Assim, temos o final da ditadura no Brasil e o início de novo período político, conhecido como NOVA REPÚBLICA, o qual será demarcado pela reconstrução democrática. Ressurgiu, então, o pluripartidarismo e tivemos a volta de funcionamento pleno das instituições, especialmente nas esferas legislativa e judiciária.

REALIZAR PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: Acontecimentos do governo Médici; elementos da crise do petróleo e falta de liberdade no país (censura).

LER O TEXTO DE APOIO – em anexo – PDF: "DITADURA, CENSURA E O RÁDIO: UMA HISTÓRIA DE SEMELHANÇAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL" – Autoras: Nair Prata e Glória Castelhana

AULA 11

3.5. O BRASIL DO SÉCULO XXI – FHC E LULA

Os últimos anos do século XX, no Brasil, constituíram um momento de sedimentação democrática e o final do "ciclo" da Nova República. Os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva adentram o século XXI trazendo ao país nova perspectiva de desenvolvimento com respeito aos direitos da cidadania e da afirmação da representatividade política parlamentar e governamental.

Ainda que muito deva ser construído, e direitos ainda estejam por ser conquistados, é inegável o avanço político. Contudo, culturalmente, a própria população precisa se instrumentalizar de saberes e práticas da política, evitando, assim, as mazelas do populismo, da demagogia de políticos e da busca de favores, pequenos e grandes, rompendo, necessariamente, os vícios nefastos da corrupção.

Se FHC significou a intelectualidade no poder da República, com um governo de base racional (Max Weber), pautado numa agenda caracteristicamente neoliberal, focada nos privilégios e lucratividade ao capital internacional, bem como nas práticas de diminuição do tamanho do Estado, o que proporcionou ao país certa estabilidade econômica e financeira, seu sucessor, Lula, praticamente manteve tal rumo, mas inovou na relação populismo-assistência social, investindo em ministérios e agências governamentais para aplacar a miséria, as desigualdades econômicas e melhorar a situação de saúde e educação, mesmo que ainda de modo incipiente.

Vivemos, hoje, o que muitos intelectuais e críticos definem como a etapa "neoliberal do Brasil", caracterizada pela diminuição da atuação do governo na esfera privada, mas, ao mesmo tempo, este, atuando em períodos de crise para manter os potenciais da iniciativa privada em suas ações de geração econômica e oferta de trabalho. Tudo isso num contexto de globalização econômica e cultural.

Nos Seminários, poderemos perceber, através dos textos e das reflexões que o conjunto dos alunos farão, um pouco mais da real dimensão dos últimos anos e dos acontecimentos políticos, sociais e culturais do Brasil.

LER O TEXTO DE APOIO – em anexo – PDF: “A PRIVATIZAÇÃO E A EXTINÇÃO DA RFFSA” – Autor: João Rodolpho Amaral Flôres

AULA 12

SEMINÁRIOS DE AVALIAÇÃO – ver textos:

1. “DO CONTEXTO AO TEXTO: A DITADURA MILITAR E A OBRA “COLONIZAÇÃO E CATEQUESE” – Autor: Amarilio Ferreira Jr. – Texto em ANEXO – (pdf.)
2. “LEI E ORDEM NO SEGUNDO GOVERNO FHC” – Autor: Sérgio Adorno – Texto em ANEXO – (pdf.)

AULA 13

SEMINÁRIOS DE AVALIAÇÃO – ver textos:

1. “A HEGEMONIA NEOLIBERAL NO GOVERNO LULA” – Autor; Armando Boito Jr. – Texto em ANEXO – (pdf.)
2. “GOVERNO LULA: CONTRADIÇÕES E IMPASSES DA POLÍTICA ECONÔMICA” – Autor: Luiz Filgueiras e Eduardo Costa Pinto – Texto em ANEXO – (pdf.)

AULA 14

SEMINÁRIOS DE AVALIAÇÃO – ver texto:

1. “CADERNOS ESPECIAIS – SÉRIE AS REFORMAS DO GOVERNO LULA” – Vários textos e autores – Texto em ANEXO - (pdf.)

AULA 15

Prova 02 (Questões a serem publicizadas)

PREZADOS ALUNOS:

Depois de muitos “encontros” e “conversas” ao longo do semestre, o que tínhamos a apresentar na “Disciplina História Econômica, Política e Social do Brasil”, tratando da vasta, complexa e rica história do Brasil, era isso. Fica o desafio de lermos mais, refletirmos mais sobre o potencial do país e das suas pessoas, sempre pensando na dignidade de vida de todos nós. Também, enfatizando a necessidade da sustentabilidade. Significa, então, que nossas vivências têm tudo a ver com as capacidades de compartilhamento social e respeito ao meio ambiente, preservando o que ainda dispomos.

Um grande abraço.